



2° SIMULADO

PGE PB

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Procurador;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora CEBRASPE, com questões A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PGE-PB-Procurador-07-08>

01 - A B C D E	21 - A B C D E	41 - A B C D E	61 - A B C D E	81 - A B C D E
02 - A B C D E	22 - A B C D E	42 - A B C D E	62 - A B C D E	82 - A B C D E
03 - A B C D E	23 - A B C D E	43 - A B C D E	63 - A B C D E	83 - A B C D E
04 - A B C D E	24 - A B C D E	44 - A B C D E	64 - A B C D E	84 - A B C D E
05 - A B C D E	25 - A B C D E	45 - A B C D E	65 - A B C D E	85 - A B C D E
06 - A B C D E	26 - A B C D E	46 - A B C D E	66 - A B C D E	86 - A B C D E
07 - A B C D E	27 - A B C D E	47 - A B C D E	67 - A B C D E	87 - A B C D E
08 - A B C D E	28 - A B C D E	48 - A B C D E	68 - A B C D E	88 - A B C D E
09 - A B C D E	29 - A B C D E	49 - A B C D E	69 - A B C D E	89 - A B C D E
10 - A B C D E	30 - A B C D E	50 - A B C D E	70 - A B C D E	90 - A B C D E
11 - A B C D E	31 - A B C D E	51 - A B C D E	71 - A B C D E	91 - A B C D E
12 - A B C D E	32 - A B C D E	52 - A B C D E	72 - A B C D E	92 - A B C D E
13 - A B C D E	33 - A B C D E	53 - A B C D E	73 - A B C D E	93 - A B C D E
14 - A B C D E	34 - A B C D E	54 - A B C D E	74 - A B C D E	94 - A B C D E
15 - A B C D E	35 - A B C D E	55 - A B C D E	75 - A B C D E	95 - A B C D E
16 - A B C D E	36 - A B C D E	56 - A B C D E	76 - A B C D E	96 - A B C D E
17 - A B C D E	37 - A B C D E	57 - A B C D E	77 - A B C D E	97 - A B C D E
18 - A B C D E	38 - A B C D E	58 - A B C D E	78 - A B C D E	98 - A B C D E
19 - A B C D E	39 - A B C D E	59 - A B C D E	79 - A B C D E	99 - A B C D E
20 - A B C D E	40 - A B C D E	60 - A B C D E	80 - A B C D E	100 - A B C D E

DIREITO CONSTITUCIONAL

Marcel Torres

01. Acerca da legitimidade associativa, é correto afirmar que:

a) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, independentemente de autorização expressa.

b) a criação de associações independe de autorização, exigida apenas para a criação de cooperativas, na forma da lei, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

c) o mandado de segurança coletivo impetrado por entidades sindicais na defesa do interesse dos seus membros independe de autorização expressa.

d) as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados da parte autora.

e) a previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo dispensável autorização expressa, desde que deliberada em assembleia.

02. Conforme a Constituição Federal e jurisprudência aplicável, é correto afirmar sobre direitos políticos:

a) A capacidade eleitoral ativa se traduz na possibilidade de concorrer a cargos eletivos.

b) O não alistável possui capacidade eleitoral passiva, mas não ativa.

c) A idade de 35 anos é condição de elegibilidade apenas para a candidatura para Presidente da República e Senador.

d) A proibição da segunda reeleição é absoluta e torna inelegível para determinado cargo de Chefe do Poder Executivo o cidadão que já cumpriu 2 mandatos consecutivos em cargo da mesma

natureza, ainda que em ente da federação diverso.

e) A nacionalidade brasileira não é uma condição de elegibilidade.

03. Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, o *full bench* deve ser observado:

a) Quando parcialmente afastada, no tribunal, a incidência da lei ou ato normativo, embora sem declaração expressa de inconstitucionalidade.

b) Na declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo por juiz singular.

c) No reconhecimento, por órgão fracionário, da constitucionalidade de ato normativo.

d) Nos julgamentos realizados pelas turmas recusas dos juizados especiais.

e) Pelo relator, quando, de plano, julga o feito com base em pronunciamento anterior acerca da matéria emitido pelo Supremo Tribunal Federal.

04. Compete, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente:

a) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado; e, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados

b) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados; e os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado

c) o habeas corpus, quando o coator for Ministro de Estado; o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União.

d) o habeas corpus , quando o coator for Tribunal Superior; os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro.

e) as causas e os conflitos entre a União e os Estados; o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.

05. Acerca do Mandado de Injunção, é correto afirmar:

a) Da decisão de relator que indeferir a petição inicial, caberá agravo, em 5 (cinco) dias, para o órgão colegiado competente para o julgamento da impetração.

b) A decisão terá eficácia subjetiva limitada às partes e efeitos *erga omnes*.

c) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova não impede a renovação da impetração fundada nos mesmos elementos probatórios.

d) A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, ainda que a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

e) Sem prejuízo dos efeitos já produzidos, a decisão proferida no mandado de injunção sempre poderá ser revista, a pedido de qualquer interessado.

06. Em relação ao Habeas Data, é correto afirmar que:

a) compete de forma originária ao Supremo Tribunal Federal, quando impetrado contra ato de Ministro de Estado.

b) é cabível para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou de interesse coletivo.

c) compete de forma originária ao Superior Tribunal de Justiça quando impetrado contra ato do Tribunal de Contas da União.

d) é cabível para anotar explicação sobre dados a respeito do impetrante, desde que se constate inexistência.

e) será concedido para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.

07. Acerca das alterações introduzidas pela EC 103/2019, assinale a alternativa correta:

a) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ainda que decorrentes do exercício de cargos acumuláveis.

b) Não será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

c) Não será admitida a acumulação de pensões decorrentes das atividades militares de que trata a Constituição Federal com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social.

d) É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do mesmo regime de previdência social, ressalvadas apenas as

pensões decorrentes do exercício do magistério.

- e) Será admitida a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro de um regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de regime próprio de previdência social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares previstas na CF/88.

08. Acerca do Orçamento, assinale a alternativa correta:

- a) Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro.
- b) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, para serem aprovada, precisam apenas ser compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- c) As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios apenas por meio de transferência especial.
- d) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar.
- e) Na transferência especial, realizada para alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para a execução de emendas individuais impositivas, os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.

09. Acerca da liberdade de expressão jornalística e no direito a intimidade, assinale a alternativa que está conforme a jurisprudência do STF:

- a) Quando constatada publicação ofensiva, a regra será a concessão de ordem judicial para sua não veiculação.
- b) Para evitar-se a censura, poderá o órgão judiciário determinar a alteração do conteúdo da publicação jornalística que se considere ofensiva.
- c) Mediante provocação, o órgão judiciário poderá determinar a supressão apenas dos trechos da publicação considerados ofensivos.
- d) Em nenhuma hipótese se admitirá a proibição de divulgação de publicação jornalística.
- e) No caso de publicação jornalística que atente contra direitos, poderá o ofendido buscar reparação judicial.

10. Acerca dos tribunais de contas e sua representação judicial, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada a criação de Procuradoria do Tribunal de Contas.
- b) Os tribunais de contas sempre serão representados pela Procuradoria do Estado, ante ao princípio da unicidade de representação calcado na Constituição Federal.
- c) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa não possuem eficácia de título executivo.
- d) As decisões dos Tribunais de Contas que acarretem débito ou multa podem ser executadas por iniciativa do próprio Tribunal.

e) A Constituição Federal não outorgou aos Tribunais de Contas competência para executar suas próprias decisões.

11. Acerca da liberdade religiosa, assinale a alternativa correta:

a) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito que a pessoa tem de fazer suas próprias convicções, escolher seus padrões de valoração ética ou moral.

b) a liberdade religiosa compreende a liberdade de crença, que é o direito, individual ou coletivo, de praticar atos externos de veneração próprios de uma determinada religião.

c) no âmbito do exercício do direito de liberdade religiosa só haverá racismo se o discurso dessa religião supostamente superior for de dominação, opressão, restrição de direitos ou violação da dignidade humana das pessoas integrantes dos demais grupos.

d) A constituição garante o direito à liberdade religiosa, o que não significa garantir o direito de fazer proselitismo religioso.

e) Pregar um discurso de que as religiões são desiguais e de que uma é inferior à outra configura, por si, o crime de racismo.

12. Acerca das súmulas vinculantes, assinale a alternativa correta:

a) A súmula com efeito vinculante sempre terá eficácia imediata.

b) Da decisão judicial ou do ato administrativo que contrariar enunciado de súmula vinculante, caberá reclamação ao Supremo

Tribunal Federal, implicando renúncia aos demais recursos eventualmente cabíveis.

c) Não se admite a revogação ou revisão de súmula vinculante *ex officio*.

d) A decisão que admite a manifestação de terceiros no procedimento de criação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante é irrecorrível.

e) A criação de súmula vinculante dependerá reiteradas decisões sobre matéria constitucional ou infraconstitucional.

13. No caso de discussão acerca de leis editadas antes de entrar em vigor a Constituição Federal de 1988:

a) É possível declarar-se a sua inconstitucionalidade de forma incidental, mas não de forma concentrada.

b) É possível o manejo de Ação Declaratório de Constitucionalidade para obter-se certeza sobre a sua validade.

c) Não é suscetível de ser objeto de controle de constitucionalidade, difuso ou concentrado.

d) Não se verifica diferença, quanto as leis editadas após a vigência da CF/88, para fins de controle de constitucionalidade.

e) Pode ter a sua constitucionalidade verificada por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

14. Segundo a jurisprudência do STF e a Constituição Federal, são legitimados universais para propositura de ADI:

a) o Presidente da República e o Governador de Estado ou do Distrito Federal.

b) a Mesa da Câmara dos Deputados e confederação sindical.

c) o Presidente da República e a Mesa de Assembleia Legislativa.

d) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Mesa do Senado Federal.

e) partido político com representação no Congresso Nacional e entidade de classe de âmbito nacional.

15. Acerca da competência legislativa, segundo a Jurisprudência do STF, é **incorreto** afirmar:

a) É inconstitucional lei estadual que proíbe a suspensão de planos de saúde em razão do inadimplemento durante a pandemia.

b) É inconstitucional lei estadual que estabelece que o condutor não pode sofrer qualquer restrição administrativa ao seu direito de dirigir enquanto não houvesse decisão definitiva, em sede administrativa ou judicial, sempre que a infração pudesse resultar na suspensão ou na cassação da CNH.

c) É constitucional a lei estadual que fixa o prazo de 10 anos para anulação de atos administrativos declarados inválidos pela administração estadual.

d) É constitucional lei estadual que proíbe ligações de telemarketing para oferecimento de empréstimo a aposentados e pensionistas.

e) É inconstitucional lei estadual que obriga estacionamentos privados a reduzirem 50% do valor de tarifas para motocicletas, em relação à cobrança para automóveis.

16. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Quanto à prerrogativa de foro, no caso de “mandatos cruzados”, o STF mantém a sua competência penal para julgamento.

II. Sobrevindo regras que alterem o regime de imunidade parlamentar em nível federal, ocorrerá a sua aplicação automática aos deputados estaduais.

III. Os deputados estaduais gozam das mesma imunidade formal que os deputados federais.

Estão corretos, apenas, os itens:

a) I.

b) I e II.

c) II e III.

d) III.

e) I, II e III.

17. Nos termos da Constituição Federal e jurisprudência aplicável, acerca da sistemática de pagamento dos débitos judiciais dos entes públicos, assinale a alternativa correta:

a) Os honorários advocatícios não são considerados débitos de natureza alimentar para fins de expedição de precatórios.

b) O crédito referente aos honorários de sucumbência é único e deve ser considerado em sua integralidade, sendo vedada a execução individual, de forma proporcional, quando fixados em ação coletiva.

c) A verba honorária consubstancia direito autônomo, podendo ser executada em separado e não se confundindo com o crédito principal, não configurando quebra da ordem cronológica dos precatórios o fracionamento da execução após a expedição do ofício requisitório.

d) A exceção prevista no art. 100, caput, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório e não os isenta da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenações de outra natureza.

e) O crédito representado no precatório, objeto da cessão, pode ter a sua natureza alterada a depender das qualidades normativas do cessionário e da forma como este veio a assumir a condição de titular.

18. Acerca das CPIs, é correto afirmar que:

a) As Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas pelo poder legislativo de qualquer ente federado possuem os poderes instrutórios inerentes à autoridade judiciais.

b) A atuação das comissões parlamentares de inquérito insere-se no âmbito da função fiscalizatória do Poder Legislativo, considerada função atípica desse poder.

c) As comissões parlamentares de inquérito são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado.

d) As comissões parlamentares de inquérito são instrumentos de controle interno do poder legislativo.

e) As comissões parlamentares de inquérito possuem autonomia para promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

19. Quanto ao conteúdo, estabilidade, origem e finalidade, pode-se dizer que a Constituição Federal Brasileira de 1988 é, respectivamente:

a) Heterodoxa, Promulgada, Rígida e Dirigente.

b) Dogmática, Histórica, Rígida e Garantia.

c) Escrita, Outorgada, Analítica e Material.

d) Promulgada, Normativa, Semirrígida e Laica.

e) Formal, Rígida, Promulgada e Dirigente.

20. A sucessão constitucional pode produzir os seguintes efeitos:

I. Inconstitucionalidade das leis anteriores com ela conflitantes.

II. Alteração do status formal de normas de natureza diversa elaboradas sob a égide da Constituição anterior.

III Recepção de normas anteriores ainda que a sua forma original não mais seja admitida pela Constituição superveniente, desde que seu conteúdo seja compatível com esta.

Estão corretos os itens:

a) I.

b) II.

c) III.

d) I e II.

e) II e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

21. Em relação aos Atos Administrativos, é correto afirmar:

a) A avocação de competência para a prática de determinado ato administrativo pode ocorrer de forma temporária ou permanente.

b) Decreto, regulamento, regimento e resolução, são exemplos de atos administrativos ordinatórios.

c) É admissível a revogação dos atos já exauridos.

d) Diante de ato ilegal, a Administração pode optar entre anular ou revogar o ato.

e) Não existe discricionariedade em relação à competência para prática de determinado ato administrativo, sendo um elemento sempre vinculado.

22. De acordo com a Lei de Licitações, Lei nº 8.666/93, configura-se como modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias, a modalidade:

a) Tomada de Preços.

b) Leilão.

c) Convite.

d) Concurso.

e) Concorrência.

23. Sobre Contratos Administrativos, com base na Lei 8.666/93, é correto afirmar que

a) Na execução do contrato administrativo por parte do contratado, a subcontratação de partes da obra, serviço ou fornecimento independe da anuência da administração pública.

b) Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito

privado, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito público.

c) A decretação da falência ou a insolvência do contratado é hipótese prevista para a rescisão do contrato administrativo.

d) A alteração unilateral do contrato independe de motivação, por ser uma cláusula exorbitante.

e) É vedada a ocupação provisória de bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese de rescisão do contrato administrativo de serviços essenciais.

24. Em relação aos Serviços Públicos, nos termos da Lei 8.987/95, é incorreto afirmar:

a) A concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será formalizada mediante contrato, que deverá observar os termos desta Lei, das normas pertinentes e do edital de licitação.

b) O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem.

c) É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

d) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

e) A outorga de subconcessão será precedida de concorrência ou diálogo competitivo.

25. Sobre as Parcerias Público-Privadas, é correto afirmar:

- a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 anos.
- b) É admitida a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.
- c) O prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não será inferior a 5, nem superior a 35 anos, incluindo eventual prorrogação.
- d) Após a celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.
- e) A sociedade de propósito específico não poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado.

26. No que diz respeito ao tema Processo Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) De acordo com o STF, o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- b) Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.
- c) Em regra, o prazo processual, no âmbito do processo administrativo, deverá ser contado em dias úteis, após a vigência do CPC de 2015.
- d) A decisão do processo administrativo sancionador, poderá ser revista a qualquer

tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, sendo vedado o agravamento da penalidade.

- e) Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, encaminhar o recurso à autoridade superior, dispensada a explicitação das razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

27. Acerca da Improbidade Administrativa, é correto afirmar

- a) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente não estará sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa.
- b) Utilizar trabalho de servidores públicos em obra ou serviço particular, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- d) Frustrar a licitude de concurso público constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- e) Será exonerado o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

28. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos da Paraíba (LC 58/03), é incorreto afirmar:

- a) Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência.
- b) Da sindicância poderá resultar arquivamento do processo correspondente.
- c) O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade que a determinou.
- d) Da sindicância poderá resultar a aplicação de penalidade de destituição de cargo em comissão.
- e) Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de suspensão de até 30 dias.

29. Relativamente ao Estatuto dos Servidores Públicos da Paraíba (LC 58/03), assinale a alternativa correta:

- a) Reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- b) Reintegração é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de reversão deferida a anterior ocupante.
- c) Quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido, será demitido.
- d) Redistribuição é o deslocamento do servidor para outra repartição, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- e) O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

30. Nos termos da Lei Orgânica da PGE-PB (LC 86/2008), os Procuradores do Estado são passíveis das seguintes penalidades disciplinares, exceto:

- a) Advertência.
- b) Censura.
- c) Suspensão de até 30 dias.
- d) Demissão.
- e) Cassação de disponibilidade remunerada ou aposentadoria.

31. Em relação aos Servidores Públicos, assinale a alternativa correta:

- a) A fixação de vencimentos dos servidores públicos pode ser objeto de convenção coletiva.
- b) Os pagamentos indevidos ao servidor público decorrentes de erro administrativo, não embasado em interpretação errônea ou equivocada da lei pela Administração, estão sujeitos à devolução, ainda que o servidor comprove que recebeu de boa-fé, bem como que não lhe era possível constatar o pagamento indevido.
- c) É constitucional o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.
- d) O não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos gera direito subjetivo a indenização.
- e) É possível à Administração Pública, inclusive durante o estágio probatório, estabelecer critérios alternativos para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos, em face de servidores que invocam escusa de consciência por motivos de crença religiosa,

desde que presentes a razoabilidade da alteração, não se caracterize o desvirtuamento do exercício de suas funções e não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.

32. Em relação ao Regime Jurídico Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública tem o dever de anular os atos ilegais, não havendo exceção por respeito ao princípio da legalidade.
- b) O ajuizamento da ação judicial para conter eventuais abusos praticados pela administração pública caracteriza a aplicação do princípio da moralidade.
- c) A possibilidade de a Administração fazer acordos ou transações é uma relativização da aplicação do princípio da supremacia do interesse público.
- d) O princípio da eficiência, introduzido expressamente na Constituição Federal na denominada Reforma Administrativa, traduz a ideia de uma administração gerencial.
- e) O princípio da oficialidade não se aplica aos processos administrativos.

33. Em relação às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assinale a alternativa correta:

- a) Podem qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 1 ano, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

b) As organizações sociais são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

c) É vedada às entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais, sob quaisquer meios ou formas.

d) O Contrato de Gestão firmado de comum acordo entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público discriminará direitos, responsabilidades e obrigações das partes signatárias.

e) A desqualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ocorrerá somente mediante decisão proferida em processo administrativo ou judicial.

34. Relativamente ao Pregão, previsto na Lei 10.520/02, assinale a alternativa correta:

a) No pregão, é admitida a exigência de garantia da proposta mediante fiança bancária.

b) É condição para participação do pregão, a aquisição do edital pelo licitante.

c) No pregão, o prazo de validade das propostas será de 30 dias, se outro não estiver fixado no edital.

d) No curso da sessão pública, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

e) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 dias úteis.

35. Nos termos da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, é correto afirmar:

- a) A Administração Pública, pelo prazo de 02 (dois) anos, após a publicação da Lei 14.133/2021, poderá optar por licitar de acordo com nova Lei de Licitações ou de acordo com as Lei 8.666/93, admitida a combinação de leis.
- b) Os contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública subordinam-se ao regime da nova lei de licitações.
- c) O pregão será adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, não podendo ser utilizado para a contratação de serviços comuns de engenharia.
- d) É dispensável a licitação nos casos de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- e) Em regra, a fase de apresentação de propostas, bem como à fase de julgamento precederá à fase de habilitação.

36. Nos termos da nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, sobre Contratos Administrativos, é correto afirmar:

- a) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 01 ano e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- b) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às

penalidades legalmente estabelecidas, sendo devida, entretanto, a devolução da garantia de proposta feita em favor do órgão ou entidade licitante.

- c) Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até 15% (quinze por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos.
- d) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- e) No caso de contratação direta celebrada em caso de urgência, o contrato terá eficácia a partir de sua assinatura e deverá ser publicado no prazo de 05 dias úteis, sob pena de nulidade.

37. Nos termos da jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre Processo Administrativo Disciplinar, é incorreto afirmar:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) Instaurado o competente processo administrativo disciplinar, fica superado o exame de eventuais irregularidades ocorridas durante a sindicância.
- c) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.

d) O mandado de segurança não é a via adequada para o exame da suficiência do conjunto fático-probatório constante do processo administrativo disciplinar.

e) Caracteriza cerceamento de defesa no Processo Administrativo Disciplinar a ausência de interrogatório, ainda que tenha contribuído o próprio investigado.

38. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores sobre a Intervenção do Estado na Propriedade Privada, assinale a alternativa correta:

a) Na desapropriação para instituir servidão administrativa são devidos os juros moratórios pela limitação de uso da propriedade.

b) A invasão do imóvel não é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária.

c) Cabe indenização complementar, além dos juros, pela demora no pagamento do preço da desapropriação

d) Verificados os pressupostos legais para o licenciamento da obra, não o impede a declaração de utilidade pública para desapropriação do imóvel, mas o valor da obra não se incluirá na indenização, quando a desapropriação for efetivada.

e) Em desapropriação, é devida a correção monetária até a data do efetivo pagamento da indenização, devendo proceder-se à atualização do cálculo, apenas uma vez.

39. Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

a) É constitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.

b) Não é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa.

c) É inconstitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.

d) Os editais de licitação ou pregão podem conter cláusula prevendo percentual mínimo referente à taxa de administração.

e) É vedada a vinculação remuneratória de seguimentos do serviço público.

40. Assinale a alternativa correta com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores.

a) Conforme entendimento do STF, diante do caráter contributivo do regime próprio de previdência dos servidores públicos, é inconstitucional a penalidade de cassação de aposentadoria.

b) A exclusão do candidato, que concorre à vaga reservada em concurso público, pelo critério da heteroidentificação, pela constatação de fraude prescinde o franqueamento do contraditório e da ampla defesa.

c) Ainda que exigido pelo edital, não pode a falta da apresentação do diploma ser óbice a assunção de cargo público ou mesmo a contabilização de título em concurso, se por outros documentos

idôneos se comprove a conclusão do curso superior, mesmo que pendente alguma formalidade para a expedição do diploma.

d) Em ação de desapropriação indireta não é cabível reparação decorrente de limitações administrativas.

e) Configura desapropriação indireta quando o Estado realiza serviços públicos de infraestrutura em gleba cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Michael de Jesus

41. A imunidade musical veiculada na alínea “e” do art. 150, inciso VI, da Constituição Federal não se aplica:

a) Aos suportes materiais que contenham as obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros;

b) Às obras em geral, mesmo que interpretadas por artistas brasileiros;

c) Às mídias ópticas de leitura a laser que contenham as obras beneficiadas com a imunidade;

d) À etapa de replicação industrial das mídias ópticas de leitura a laser que contenham as obras beneficiadas com a imunidade;

e) À etapa de replicação industrial dos suportes materiais que contenham as obras beneficiadas com a imunidade.

Gabarito: D

Comentários: a) A afirmativa é verdadeira e está no art. 150, inciso VI, alínea “e”, da CF/88.

b) A afirmativa é verdadeira e está no art. 150, inciso VI, alínea “e”, da CF/88.

c) A afirmativa é verdadeira e está no art. 150, inciso VI, alínea “e”, da CF/88.

d) De fato, a imunidade musical não se aplica à replicação industrial das mídias ópticas de leitura a laser, isto é, à de reprodução de tantas cópias de gravação antes havia sido produzida em estúdio quantas forem a encomenda da gravadora, produtora ou dos artistas. Nessa etapa vão incidir normalmente ICMS e o IPI.

e) A afirmativa é verdadeira e está no art. 150, inciso VI, alínea “e”, da CF/88.

42. Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, assinale a alternativa correta:

a) o princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou;

b) o princípio da vedação às isenções heterônomas, por simetria, também é aplicável aos Estados no que concerne aos municípios;

c) é vedada a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, sem ressalva, estabelecer limitações de tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais e intermunicipais;

d) A União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é vedado estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

e) Apenas duas alternativas acima estão incorretas.

Gabarito: B

Comentários: a) Incorreto porque a alternativa trouxe o teor do princípio da anterioridade (art.

150, III, b, da CF/88) e não o da irretroatividade (art. 150, III, "a" c/c art. 144 do CTN).

b) o princípio da vedação às isenções heterônomas ou heterotópicas está previsto no art. 151, inciso III, da CF/88, que veda a União instituir isenções de tributos de competência dos Estados, DF ou município. Por simetria, também é aplicável aos Estados no que concerne aos municípios.

c) Incorreta porque a alternativa contempla o princípio da não limitação de tráfego de pessoas e bens (art. 150, V, da CF/88), que tem como exceção a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.

d) o erro da alternativa está em incluir a União nessa vedação. A regra do artigo 152 da CF/88 alcança apenas os Estados, DF e Municípios

e) Está incorreta porque apenas uma alternativa é verdadeira.

43. O art. 155, S 20, inciso X, letra "d", da Constituição Federal, enuncia que o ICMS "não incidirá" sobre prestação de serviços de comunicação nas modalidades de radiodifusão e transmissão de imagens. Bem observado, o dispositivo consagra, segundo a melhor doutrina do direito

a) hipótese de não incidência tributária.

b) imunidade tributária.

c) isenção de nível constitucional.

d) isenção pura e simples.

e) remissão fiscal.

Gabarito: B

Comentários: a) Não se trata de hipótese de não incidência tributária, visto que esta se verifica nas hipóteses que não são previstas, tipificadas ou

descritas in abstractum em lei, e, por isso, ficam fora do campo de incidência tributária. A não incidência consiste em hipótese sequer passível de tributação, por inexistir o elemento econômico que subjaz o tributo.

b) Trata-se de imunidade tributária específica do ICMS. A imunidade é uma limitação Constitucional ao Poder de Tributar que corresponde a uma hipótese de incompetência das pessoas políticas para instituir tributos, ou seja, é norma constitucional que afasta a tributação.

c) A isenção é uma forma de exclusão do crédito tributário a partir de dispensa legal, que impossibilita a sua constituição. Ocorre no plano infraconstitucional.

d) Conforme dito no item acima, A isenção é uma forma de exclusão do crédito tributário (art. 176 ss do CTN) e ocorre no plano infraconstitucional,

e) A remissão fiscal é o perdão da dívida pelo Fisco, sendo uma hipótese de extinção do crédito tributário.

44. Lei federal introduz três inovações na legislação tributária, todas concernentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), esclarecendo que elas deverão ser obrigatoriamente observadas por todos os Municípios

I. fixa alíquota mínima do tributo;

II. estabelece hipóteses de isenção do tributo; e

III. fixa a data de recolhimento do tributo. Assinale:

a) são inválidas as inovações I e III.

b) são inválidas as inovações II e III.

- c) somente é inválida a inovação II.
- d) são inválidas as inovações I, II e III.
- e) somente é inválida a inovação I.

Gabarito: D

Comentários: Item I. Inovação inválida. A fixação da alíquota é matéria reservada à lei ordinária do ente competente para instituir o tributo (CTN, art. 97, IV). Como o presente caso refere-se ao IPTU, a fixação da alíquota caberia à lei ordinária do município a que se refere (e não à lei federal).

Item II. Inovação inválida. É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios (CF, art. 151, III).

Item III. Inovação inválida. Há uma divergência acerca de ser a fixação do prazo para recolhimento de tributo um assunto reservado estritamente à lei (pertencente ao rol do artigo 97 do CTN) ou à legislação tributária (conforme artigo 96 do CTN, aqui incluindo os Decretos do Poder Executivo e demais normas complementares, tais como instruções normativas e portarias). O posicionamento dominante no STF é o de que o prazo para recolhimento do tributo, por não estar explicitamente elencado no artigo 97 do CTN, não se sujeita à reserva legal (RE 140.669), não obstante a existência de posicionamentos doutrinários em contrário que apregoam a necessidade de lei (SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 2a ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 65). De qualquer forma, no item agora analisado, essa polêmica não interfere na verificação da validade da inovação legislativa trazida por lei federal/ que é manifestamente inválida, haja vista que o IPTU é um tributo de competência municipal e do Distrito Federal.

45. É cediço que a Competência Tributária é poder dos entes políticos para instituição de tributos segundo atribuição prevista constitucionalmente, sobre o tema analise as alternativas abaixo e marque a incorreta

- a) A competência para instituição da contribuição de intervenção no domínio econômico é exclusiva da União.
- b) A competência tributária tem natureza política enquanto a capacidade tem natureza administrativa.
- c) Caberá à União, Estados e Distrito Federal a competência privativa para instituição do Imposto residual.
- d) Compete à União instituir o imposto sobre as grandes fortunas.
- e) A União poderá instituir na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

Gabarito: C

Comentários: a) correta. A competência para instituição da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE, espécie de contribuição especial, é exclusiva da União, nos termos do artigo 149 da CF/88.

- b) correta. Enquanto a competência consiste na atribuição constitucional do poder de instituir tributos, na capacidade tributária há apenas a atribuição da atividade de arrecadar e fiscalizar tributos. Logo, esta possui natureza administrativa, enquanto aquela possui natureza política.
- c) incorreta. A competência residual é apenas da União. Em outras palavras, apenas a União pode, por lei complementar, instituir novos impostos,

desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo dos discriminados na CF/88. Igualmente, prevê que novas contribuições sociais apenas poderão ser criadas através do mesmo instrumento legal, qual seja, lei complementar,

d) correta. Trata-se de competência privativa da União nos termos do artigo 153, inciso VII, da CF/88. Vale salientar, que a instituição do imposto obre as grandes fortunas será veiculada através de Lei Complementar.

e) correta, Consoante dispõe o artigo 54, inciso II da CF/88, apenas a União terá competência para instituição do imposto extraordinário de guerra, em casos de iminência ou guerra externa.

46. De acordo com os dispositivos do CTN, julgue os itens abaixo:

I. uma criança de oito anos é absolutamente incapaz, tanto do ponto de vista civil, como no âmbito tributário.

II. desde que não haja lei em sentido contrário, o contrato de locação feito entre o proprietário do imóvel (contribuinte do IPTU) e o locatário, no sentido de ser este o responsável pelo pagamento do IPTU, excluindo a responsabilidade daquele, é válido entre as partes, porém é ineficaz em relação à Fazenda Pública Municipal.

III. Na solidariedade tributária deve-se observar uma ordem sequencial na execução fiscal, cobrando-se primeiro de um devedor para só depois, no caso de insucesso do recebimento, cobrar-se do segundo devedor, e assim sucessivamente. Está(ão) correto(s):

a) Apenas o item I.

b) Apenas o item II.

c) Apenas o item III.

d) Os itens I e II.

e) Os itens II e III.

Gabarito: B

Comentários: Item I: incorreto, pois a capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais ou de achar-se sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios (CTN, art. 126, incisos I e II).

Item II: correto. As convenções entre particulares (acordos ou contratos) relativas à responsabilização bis para pagamento de tributos, salvo disposição de lei em contrário, "não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das

Obrigações tributárias correspondentes" (CTN, art. 123).

Item III: incorreto. Na solidariedade tributária não há benefício de ordem (CTN, art. 124, parágrafo único).

47. Sobre a tributação no regime falimentar, assinale a opção correta.

a) A lei estabelecerá limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho em relação aos demais créditos, inclusive aos tributários.

b) Com as alterações havidas em relação ao regime falimentar, a alteração do Código Tributário Nacional deixa claro o propósito de preservar as empresas em dificuldades e consequentemente a oferta de empregos, pelo que se permite afirmar

que o crédito tributário ganhou posições em relação à sistemática até então vigente.

- c) Na falência, o crédito tributário prefere aos créditos extraconcursais e às importâncias passíveis de restituição. Todavia, não prefere aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- d) As multas contratuais e as penalidades pecuniárias e por infração das leis penais ou administrativas, inclusive as multas tributárias, preferem aos Credores quirografários.
- e) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

Gabarito: E

Comentários: a) incorreta por uma sutileza na redação da alternativa que afronta a literalidade da norma. O CTN, em seu artigo 186, parágrafo único, inciso II, dispõe que "a lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho". Já o texto da alternativa indica que "a lei estabelecerá limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho em relação aos demais créditos, inclusive aos tributários".

- b) incorreta. A LC 118/2005 alterou e acrescentou alguns dispositivos ao CTN. Dentre tais alterações, buscou adequar o CTN à lei de falências (Lei 11.101/2005). Comparando a ordem de pagamento dos credores do falido (entre a lei revogada e a lei vigente), tem-se que o crédito tributário perdeu posições, por exemplo, ficando atrás dos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- c) incorreta. Na falência o crédito tributário não prefere aos créditos extraconcursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos

da lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado (CTN, art. 186, parágrafo único, I).

- d) incorreta. A multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados (CTN, art. 186, parágrafo único, III).
- e) encontra sustentação no teor do artigo 85 da lei de falências. A alternativa o reproduz literalmente. Esse dispositivo normativo revela um sinal de bom senso, na medida em que um bem de terceiro que por algum motivo esteja na posse do falido na data da decretação da falência, deve ser devolvido a este terceiro (que é seu dono).

48. No processo da falência, as multas tributárias preferem aos créditos

- a) reais até o limite do bem gravado.
- b) extraconcursais.
- c) com privilégio geral.
- d) quirografários.
- e) subordinados.

Gabarito: E

Comentários: Alternativa correta: letra "e": de fato, nos termos do inciso III do parágrafo único do artigo 186 do CTN, no processo de falência, as multas tributárias preferem apenas aos créditos subordinados. Nos termos do artigo 83, inciso VIII da Lei 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação de Empresas), créditos subordinados são os que assim se encontram previstos em lei ou contrato, bem como os créditos dos sócios e dos administradores,

Demais alternativas: nenhum dos créditos mencionados se relaciona com a regra de preferência referente às multas tributárias na falência.

49. Dentre as alternativas abaixo, aponte aquela que estiver correta:

- a) o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária e, também, rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada;
- b) dependendo da natureza do fato gerador, a atividade administrativa de lançamento pode ser classificada em vinculada ou discricionária, não resultando, nesta segunda hipótese, em possível pena de responsabilidade funcional;
- c) o lançamento por arbitramento, que ocorre quando a legislação atribua ao sujeito passivo dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, se manifesta expressamente pela sua concordância ou não pelo crédito tributário lançado;
- d) o lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa em qualquer hipótese;
- e) o lançamento por homologação é efetuado com base nas informações do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, apresenta à autoridade administrativa, dados e elementos sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

Gabarito: A

Comentários: a) Trata-se da redação do CTN.

- b) A atividade administrativa do lançamento é sempre vinculada, nunca discricionária (Art. 142, parágrafo único do CTN).
- c) O enunciado tenta confundir lançamento por homologação com arbitramento. Esse último é espécie de lançamento de ofício, previsto no art.

148 do CTN, que é realizado pela administração tributária na hipótese de inexistência de elementos para a exata quantificação do crédito tributário.

- d): O art. 149 do CTN enumera 9 (nove) hipóteses em que o lançamento pode ser efetuado e revisto pela autoridade administrativa. O erro está no termo "em qualquer hipótese".
- e) O conceito do enunciado refere-se ao lançamento por declaração.

50. Assinale a opção correta.

- a) A anistia não abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.
- b) A isenção somente se aplica aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- c) A anistia pode ser concedida por ato discricionário da autoridade tributária.
- d) A transação na esfera tributária pode ter como finalidade prevenir litígio.
- e) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei e não extingue o crédito tributário.

Gabarito: E

Comentários: a) incorreta, por afrontar a primeira parte do caput do artigo 180 do CTN, segundo a qual "a anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede" (CTN, art. 180).

- b) incorreta, pois, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão (CTN, art. 177, II).

c) a anistia possui natureza jurídica de exclusão do crédito tributário (CTN, arts. 180 a 182), tratando-se de uma exoneração tributária relativa a penalidades pecuniárias e contempla apenas situações pretéritas. De acordo com o artigo 182 do CTN, "a anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com a qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para sua concessão". Perceba que à autoridade administrativa caberá, nesse caso, verificar o atendimento, por parte do contribuinte, acerca do preenchimento de condições e dos requisitos legais, ou seja, trata-se de ato vinculado (e não discricionário), motivo pelo qual a alternativa está errada.

d) a transação em matéria tributária tem o condão de extinguir o crédito tributário (CTN, art. 156, III), e restringe-se a por fim ao litígio (o CTN não alberga a transação preventiva, motivo pelo qual a alternativa está errada). Segundo o artigo 171 do CTN, "a lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e consequente extinção de crédito tributário", Uma curiosidade é que há um erro no texto do referido artigo 171 do CTN, pois onde constou "determinação" deveria ter constado "terminação".

e) a isenção é causa de exclusão do crédito tributário (e não de extinção). De outro lado, segundo o artigo 176 do CTN, "a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração".

51. É causa de extinção do crédito tributário:

- a) a anistia.
- b) a isenção.
- c) a impetração de mandado de segurança.
- d) a conversão do depósito em renda.
- e) a moratória.

Gabarito: D

Comentários: a) É causa de exclusão do crédito tributário (art. 175, inciso II, do CTN).

b) É causa de exclusão do crédito tributário (art. 175, inciso I, do CTN).

c) A impetração de mandado de segurança não dá ensejo à extinção. Ressalte que a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende o crédito tributário, o que não ocorre com a mera impetração do remédio constitucional (art. 151, inciso IV, do CTN).

d) A conversão de depósito em renda é causa de extinção do crédito tributário (art. 156, inciso VI, do CTN).

e) É causa de suspensão do crédito tributário (art. 151, inciso I, do CTN).

52. sobre a prescrição e decadência no Direito Tributário é CORRETO afirmar:

- I. Anulado por vício formal determinado lançamento e em se tratando de prazo decadencial aquele destinado a constituição do crédito tributário, terá então o fisco somente o prazo que restar para efetuar novo lançamento;
- II. Ainda que se trate de débito declarado pelo próprio contribuinte, mas não recolhido no prazo legal, o procedimento administrativo tendente à constituição do crédito tributário (lançamento),

como atividade vinculada e obrigatória, jamais poderá ser dispensado pelo fisco, sendo ele o marco inicial do prazo prescricional;

III. Segundo o Superior Tribunal de Justiça o parcelamento, ato representativo do reconhecimento da dívida, suspende a exigibilidade do crédito tributário e interrompe o prazo prescricional, que volta a correr no dia em que o devedor deixa de cumprir o acordo;

IV. Constituído o crédito tributário em janeiro de 2009, o fisco ajuizou a execução fiscal em fevereiro de 2013, sendo o executado citado em março de 2014. Desse relato pode-se afirmar que ocorreu a prescrição do crédito tributário, ainda que tenha o despacho ordenador da citação ocorrido em março de 2013.

- a) Somente a alternativa III está correta.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- d) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas são falsas.

Gabarito: A

Comentários: Item I: Incorreto. Nos termos do art. 173, inciso II, do CTN, "o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: (...) II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado". Logo, o prazo decadencial é restituído de forma integral e não "somente o prazo restante" como mencionou a alternativa.

Item II: Incorreto. O conteúdo da alternativa vai de encontro ao teor da Súmula no 436 do STJ: "A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito

tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco".

Item III: Correto. Segundo o entendimento do STJ, "interrompido o prazo prescricional em razão da confissão do débito e pedido de seu parcelamento, por força da suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o prazo recomeça a fluir a partir da data do inadimplemento do parcelamento" (AgRg no Ag 1.382.608/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 9/6/11).

Item IV: Incorreto. No caso em tela, a prescrição foi interrompida com o despacho de citação ocorrido em março de 2013. Confira: "Art. 174. (...) Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I - pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

53. Sobre a prescrição e a decadência em matéria tributária, assinale a alternativa correta segundo disposições do Código Tributário Nacional — CTN e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça — STJ:

- a) Extingue-se após 5 (cinco) anos, o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício material, o lançamento anteriormente efetuado.
- b) O protesto de certidão de dívida ativa é causa de interrupção da prescrição tributária.
- c) Nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação na hipótese em que o contribuinte antecipa o pagamento, ainda que parcial, conta-se a decadência a partir da ocorrência do fato gerador.
- d) Em caso de dolo, fraude ou simulação, considera-se o início do prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador.

- e) A citação válida do contribuinte em execução fiscal, segundo as normas tributárias em vigor, interrompe a prescrição.

Gabarito: C

Comentários: a) o erro da assertiva está na expressão "por vício material". Confira o CTN: "Art. 173. O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados: (...) II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado".

b) as hipóteses de interrupção da prescrição estão descritas no parágrafo único do artigo 174 CTN, não contemplando, portanto, o protesto de certidão de dívida ativa como causa interruptiva. Confira: "Art. 174. (...) Parágrafo único. A prescrição se interrompe: I — pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal; II pelo protesto judicial; III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor; IV — por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor".

c) a jurisprudência do STJ é no sentido de que a decadência, nos tributos sujeitos ao lançamento por homologação, conta-se a partir da ocorrência do fato gerador (CTN, art. 150, S 40). Assim, na hipótese em que o contribuinte antecipa o pagamento do tributo, ainda que parcial, como houve declaração correta do fato gerador, considera-se o prazo decadencial a partir da ocorrência do fato gerador (AgRg no Ag 939.714/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 12.02.2008, DJ 21.02.2008 p. 54).

d) quando há dolo, fraude ou simulação, na linha da redação final do S 40 do artigo 150 do CTN, a jurisprudência é unânime que deve se aplicar a contagem do prazo decadencial descrita no

artigo 173, I, do CTN, que posterga o prazo para o primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

e) segundo a redação do artigo 174, parágrafo único, inciso I, do CTN o despacho do juiz que ordena a citação em execução fiscal é ato interruptivo da prescrição. Essa redação foi dada pela LC n o 118/05, visto que, até o advento da novel lei, apenas a citação válida

Interrompia a prescrição.

54. Quanto ao prazo legal para fornecimento de certidão negativa de débitos tributários, é correto afirmar que:

a) a repartição possui o prazo de 30 dias para sua emissão, se não for constatado nenhum débito tributário.

b) a repartição possui o prazo de 10 dias para sua emissão, contados da data da entrada do requerimento na repartição.

c) não existe prazo legal para o fornecimento, devendo, contudo, ser observada a ordem de chegada dos pedidos formulados.

d) o prazo de 30 dias para emissão é contado a partir da quitação do último débito tributário inscrito na dívida ativa.

e) o prazo é de até 90 dias, de acordo com o Código Tributário Nacional.

Gabarito: B

Comentários: Alternativa correta: letra "b": A certidão negativa de débitos tributários deve ser fornecida no prazo de 10 (dez) dias a partir da data do requerimento (art. 205, parágrafo único do CTN).

Demais alternativas: O prazo para o fornecimento de certidão negativa de débitos tributários é de

10 (dez) dias a partir da data do requerimento na repartição tributária nos termos do art. 205, parágrafo único do CTN.

55. Sobre o julgamento em primeira instância de processos administrativos fiscais, é correto afirmar que:

- a) a decisão deverá, ainda, referir-se às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra todas as exigências a ele formuladas.
- b) a decisão conterá relatório resumido do processo fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, a todos os autos de infração, e alternativamente, às notificações de lançamento objeto do processo.
- c) os processos remetidos para apreciação da autoridade julgadora de primeira instância deverão ser qualificados e identificados, inexistindo qualquer prioridade na ordem em que serão julgados.
- d) as inexistências materiais devidas a lapso manifesto e os erros de escrita ou de cálculos existentes na decisão somente serão corrigidos de ofício.
- e) quando couber recurso da decisão de primeira instância, este somente será recebido e encaminhado ao órgão de segunda instância se não se verificar a ocorrência da preempção.

Gabarito: A

Comentários: a) o texto encontra amparo no artigo 31 do referido decreto, segundo o qual "a decisão conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação, devendo referir-se, expressamente, a todos os autos de infração e notificações de lançamento objeto do processo, bem como às razões de defesa suscitadas pelo impugnante contra todas as exigências".

a) a alternativa distorce o teor do artigo 31 (já reproduzido), no sentido de que a decisão deverá também referir-se, expressamente, às notificações de lançamento objeto do processo.

c) o equívoco está na afirmação de que não há ordem de prioridade para julgamento dos processos administrativos. Na verdade, há prioridade no julgamento daqueles processos "em que estiverem presentes as circunstâncias de crime contra a ordem tributária ou de elevado valor, este definido em ato do Ministro de Estado da Fazenda" (Decreto 70.235/72, art. 27).

d) as inexistências materiais devidas a lapso manifesto e os erros de escrita ou de cálculos existentes na decisão poderão ser corrigidos de ofício ou a requerimento do sujeito passivo (Decreto 70.235/72, art. 32). Alternativa incorreta.

e) o recurso, mesmo perempto, será encaminhado ao órgão de segunda instância, que julgará a preempção (Decreto 70.235/72, art. 35). Alternativa incorreta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Josias Barcellos

56. A respeito da reclamação, é correto afirmar que

- a) possui natureza de recurso.
- b) na reclamação que não houver formulado, o Ministério Público terá vista do processo por 5 (cinco) dias, após o decurso do prazo para informações e para o oferecimento da contestação pelo beneficiário do ato impugnado.
- c) é possível produção de provas no procedimento da Reclamação.
- d) pode ser sucedâneo de ação rescisória.
- e) pode ser proposta para garantir decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade, relacionado somente à Ação Direta de Inconstitucionalidade.

57. Considere as assertivas a seguir sobre o Juizado Especial da Fazenda Pública.

I. Aplica-se subsidiariamente a lei dos juizados da fazenda pública apenas o CPC.

II. Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

III. Quando for obrigação de quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado somente por requisição de pequeno valor.

IV. Não se admite o reexame necessário.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) III e IV.
- e) II e III.

58. Considera-se litigante de má-fé, EXCETO

- a) o autor que não promove os atos e as diligências que lhe incumbir, abandonando a causa por mais de 30 (trinta) dias.
- b) proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.
- c) interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
- d) usar do processo para conseguir objetivo ilegal.

e) opuser resistência injustificada ao andamento do processo.

59. Mandado de segurança interposto pelo Tribunal de Justiça contra ato do Governador que atrasa o repasse do duodécimo devido ao Poder Judiciário. Nesta hipótese, compete o julgamento

- a) à vara da fazenda pública da capital.
- b) ao Tribunal de Justiça.
- c) ao Tribunal Regional Federal.
- d) ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) ao Supremo Tribunal Federal.

60. Concluída a instrução, o incidente de desconconsideração de personalidade jurídica

- a) resolve por decisão interlocutória, desafiando agravo de instrumento se for proferida por relator.
- b) resolve por sentença, desafiando o recurso de apelação.
- c) resolve por sentença, desafiando o recurso de agravo de instrumento.
- d) resolve por decisão interlocutória, desafiando agravo retido se for proferida por relator.
- e) resolve por decisão interlocutória, desafiando o recurso de apelação.

61. A respeito da penhora, é correto afirmar que

- a) Segundo o STJ, no caso de valores depositados em conta bancária conjunta, a penhora incide sobre todo numerário, mesmo que se comprove que parte desses valores pertence a estranho à constrição.

b) A pequena propriedade rural, trabalhada pela família, é impenhorável, ainda que dada pelos proprietários em garantia hipotecária para financiamento da atividade produtiva.

c) Segundo o STJ, a arma de fogo não pode ser penhorada.

d) Segundo o STJ, não é possível penhorar verbas recebidas por escolas de samba a título de parceria público-privada com a administração pública.

e) O STJ não admite penhora de valores oriundos de empréstimo consignado.

62. É causa de resolução de mérito, **EXCETO**:

a) acolher ou rejeitar o pedido formulado na reconvenção.

b) reconhecer a existência de coisa julgada.

c) homologação de reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação.

d) Homologação de renúncia à pretensão formulada na reconvenção.

e) acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação.

63. Acerca do procedimento da lei de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

a) No caso de ação contra particular, o STJ entende indispensável a presença de agente público no polo passivo.

b) Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o juiz extinguirá o processo com julgamento do mérito.

c) A indisponibilidade de bens requer, segundo o STJ, a comprovação do *periculum in mora* e *fumus boni iuris*.

d) O acordo de não persecução cível é admitido somente para as hipóteses de atos de improbidade que importem em enriquecimento ilícito.

e) A Lei de Improbidade Administrativa veda a transição, o acordo e a conciliação.

64. Sobre a remessa necessária, não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a:

a) 100 (cem) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais do Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.

b) 100 (cem) salários-mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados.

c) 500 (quinhentos) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.

d) 100 (cem) salários-mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público.

e) 60 (sessenta) salários-mínimos para os Municípios, exceto as capitais do Estados, e respectivas autarquias e fundações de direito público.

65. Em relação à audiência de instrução e julgamento, o juiz exerce o poder de polícia, incumbindo-lhe, **EXCETO**:

a) manter a ordem e o decoro na audiência.

b) requisitar, quando necessário, força policial.

c) tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria

Pública e qualquer pessoa que participe do processo.

a) registrar em ata, com exatidão, todos os requerimentos apresentados em audiência.

e) despachar presencialmente e imediatamente todos os requerimentos realizados em audiência.

66. Sobre o que prevê o CPC acerca da prova documental, assinale a alternativa correta.

a) O juiz requisitará às repartições públicas, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, os procedimentos administrativos nas causas em que forem interessados somente a administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

b) A parte, intimada a falar sobre documento constante dos autos, poderá impugnar a admissibilidade da prova documental, mas não sua autenticidade.

c) É lícito às partes, até a audiência de conciliação, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.

d) A falsidade deve ser suscitada na contestação, na réplica ou no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da intimação da juntada do documento aos autos.

e) A utilização de documentos eletrônicos no processo convencional não depende de sua conversão à forma impressa e da verificação de sua autenticidade, na forma da lei.

67. A respeito das causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia,

conforme entendimento do STF, assinale a alternativa correta.

a) Se a ANATEL for litisconsorte passiva necessária compete à Justiça Federal julgar.

b) Se a ANATEL for assistente compete à Justiça Estadual julgar.

c) Se a ANATEL for oponente compete à Justiça Estadual julgar.

d) A ANATEL não pode intervir como terceiro nessas ações.

e) Se a ANATEL for litisconsorte passiva necessária compete ao STJ julgar.

68. Em relação ao mandando de segurança, assinale a alternativa correta.

a) segundo a teoria da encampação, não há necessidade de existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado.

b) O mandado de segurança pode ser substitutivo de ação de cobrança.

c) Concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

d) A teoria da encampação somente é admitida pela doutrina.

e) é admitida a condenação de honorários advocatícios em sede do *mandamus*.

69. Na interpretação do STJ a Assembleia Legislativa

- a) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- b) possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- c) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender qualquer interesse.
- d) possui personalidade judiciária, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- e) Não possui personalidade jurídica, tampouco personalidade judiciária.

70. Considere as assertivas a seguir sobre tutela provisória.

I. Salvo decisão judicial em contrário, a tutela provisória conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

II. Independentemente da reparação por dano processual, a parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa, se obtida liminarmente a tutela em caráter antecedente, não fornecer os meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 (cinco) dias.

III. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e, de forma facultativa, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

IV. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de

defesa ou o potencial propósito protelatório da parte.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e II.
- e) II e IV.

71. A respeito da petição inicial, é correto afirmar que

a) O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 05 (cinco) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

b) Indeferida a petição inicial, o autor poderá agravar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.

c) Considera-se inepta a petição inicial quando o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico.

d) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, e, no caso de assunção de competência, observadas as hipóteses taxativas previstas no CPC.

e) De acordo com o CPC, juiz não poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar a ocorrência de decadência ou de prescrição, devendo determinar a instrução probatória.

72. Foi proposta exceção de pré-executividade em uma execução fiscal, assim, segundo o STJ, é possível afirmar que

- a) é inadmissível.
- b) É admissível, podendo avarar todas as matérias admitidas em direito.
- c) É admissível, podendo avarar matérias taxativas em lei.
- d) Não é possível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios em decorrência da extinção da Execução Fiscal pelo acolhimento de exceção de pré-executividade.
- e) É admissível relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

73. A respeito dos precatórios, é correto afirmar que

- a) a obrigação de fazer se sujeita ao regime de precatórios.
- b) o pequeno valor é não considerado individualmente em caso de litisconsórcio ativo facultativo.
- c) a cessão de crédito alimentício não implica a alteração da natureza.
- d) O Presidente do Tribunal competente que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
- e) Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal

devido ao credor não consubstanciam verba de natureza alimentar.

74. A respeito da ação civil pública, é correto afirmar que

- a) O requisito da pré-constituição para associação ajuizar a ação poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- b) Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar as assembleias legislativas e as câmaras municipais.
- c) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, somente o Ministério Público assumirá a titularidade ativa.
- d) Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão subsidiariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- e) É admitido o controle concentrado de constitucionalidade via ação civil pública.

75. É título executivo judicial, EXCETO:

- a) a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.
- b) a decisão homologatória de autocomposição judicial.
- c) a sentença arbitral.
- d) a sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.

e) sentença penal condenatória transitada em julgado.

DIREITO CIVIL

Josias Barcellos

76. Sobre o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.

a) É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, exceto por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

b) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe ao consumidor.

c) São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo que confira igual direito ao consumidor.

d) O CDC adotou, como regra, a teoria finalista aprofundada.

e) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

77. A disposição do art. 180 do Código Civil (Art. 180. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato

de obrigar-se, declarou-se maior), representa, para o princípio da boa-fé objetiva, o desdobramento denominado

a) *Exceptio doli*.

b) *Duty to mitigate the loss*.

c) Boa-fé subjetiva.

d) *Supressio*.

e) *Tu quoque*.

78. Julgue os itens a seguir considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº 8069/90), o Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/2003) e o Lei de Registros Públicos (lei nº 6.015/73).

I. Na hipótese da lei nº 8.069/90, a tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos.

II. Segundo o Estatuto do Idoso, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária.

III. Segundo a Lei de Registros Públicos, a decisão sobre o procedimento de dúvida tem natureza administrativa e impede o uso do processo contencioso competente.

IV. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

É correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV

b) II e III.

c) I e IV.

d) I e II.

e) I e III.

79. De acordo com o STJ, assinale a alternativa correta sobre a teoria do adimplemento substancial.

- a) houve superação da teoria no direito pátrio.
- b) propõe a garantia de conservação da eficácia do negócio.
- c) não se correlaciona à função social do contrato.
- d) o Código Civil adotou expressamente para o contrato de compra e venda.
- e) é admitida em obrigação alimentar, para afastar a prisão civil.

80. É correto afirmar sobre a imprescritibilidade dos bens públicos.

- a) o particular que ocupa indevidamente bem público pode ser considerado possuidor direto, nas hipóteses expressas em lei.
- b) Em virtude da imprescritibilidade, admite-se a indenização das acessões e benfeitorias daquele que ocupa indevidamente bem público.
- c) excepcionalmente, no caso de ocupação de bem público por particular, por hipossuficiência econômica, é garantida a usucapião.
- d) os bens públicos são insuscetíveis de usucapião.
- e) Os bens públicos dominicais são prescritíveis.

81. Segundo o Código Civil, a respeito da desconsideração da personalidade jurídica é correto afirmar, EXCETO:

a) O Código Civil adotou expressamente a teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica.

b) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

c) O desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza.

d) Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica.

e) A mera existência de grupo econômico não autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

82. Acerca do adimplemento e extinção das obrigações, assinale a alternativa correta.

a) O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.

b) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.

c) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que somente a lei estabelecer.

d) Purga-se a mora por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância

dos prejuízos decorrentes do dia da comunicação ao credor.

e) O Código Civil não admite que o credor consinta em receber prestação diversa da que lhe é devida.

83. Sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

a) A pessoa jurídica pode sofrer dano moral.

b) Não é lícita a cumulação das indenizações de danos estéticos e danos morais.

c) Segundo o STJ, nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral que prevê cinco anos de prazo prescricional.

d) O direito à indenização por danos morais não se transmite com o falecimento do titular.

e) O titular do blog não se responsabiliza pela reparação de danos morais decorrentes da inserção, em seu site, de artigo escrito por terceiro.

84. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos. Tal defeito do negócio jurídico denomina-se:

a) Lesão.

b) Coação.

c) Fraude contra credores.

d) Estado de Perigo.

e) Dolo.

85. Julgue os itens, relativo aos direitos da personalidade no Código Civil.

I. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

II. O pseudônimo não goza da proteção que se dá ao nome.

III. Não é válida, ainda que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

IV. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

É correto o que se afirma APENAS em

a) II e IV

b) II e III.

c) III e IV.

d) I e IV.

e) I e III.

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Lucas Pessoa

86. Dentre as normas gerais de tutela do trabalho encontramos na Consolidação das Leis do Trabalho regras que disciplinam a duração de trabalho, os períodos de descanso e intervalos e o trabalho noturno.

Sobre esse tema:

a) serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro

de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

b) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, não será computado na jornada de trabalho, mesmo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.

c) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de oito horas consecutivas para descanso do trabalhador.

d) em qualquer trabalho contínuo que não exceder de 6 (seis) horas diárias, mas ultrapassar quatro horas diárias, será obrigatório um intervalo de trinta minutos.

e) considera-se noturno, para o trabalhador urbano, o trabalho executado entre as vinte e uma horas de um dia e às seis horas do dia seguinte.

87. A respeito da execução no processo do trabalho, assinale a alternativa CORRETA:

a) A nova regulamentação da terceirização permite, até mesmo, que a empresa prestadora dos serviços subcontrate a prestação de serviços. Em outras palavras, a lei permite a chamada 'quarteirização'.

b) A nova regulamentação da terceirização atribui à empresa prestadora dos serviços a responsabilidade por garantir condições de trabalho seguras aos seus trabalhadores, inclusive quando o trabalho for realizado em outras dependências.

c) A nova lei da terceirização definiu elementos mínimos para o contrato de prestação de serviços, celebrado entre contratante e a empresa prestadora dos serviços. A despeito disso, tal

avença prescinde da especificação do serviço a ser prestado.

d) De acordo com a nova lei da terceirização, pode figurar como contratada a pessoa jurídica cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício.

e) Nenhuma das anteriores.

88. O direito de ação que tenha por objeto anotações do contrato de trabalho em razão de reconhecimento de vínculo de emprego para fins de prova junto à Previdência Social,

a) prescreve em 2 anos após a dispensa sem justa causa pelo empregador.

b) não prescreve.

c) prescreve em 3 anos após o pedido de demissão do empregado.

d) prescreve em 5 anos após a extinção do contrato seja qual for a modalidade de ruptura.

e) prescreve em 2 anos para o trabalhador maior de 18 anos e 5 anos para o menor de 18 anos, após a rescisão.

89. Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

a) não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.

b) quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juízo condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa e subsidiariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

c) para manifestação acerca da exceção de incompetência territorial o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, o prazo será de 5 (cinco) dias, sucessivos.

d) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

e) a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.

90. No que diz respeito ao rito sumaríssimo, tal qual previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452/1943 e suas alterações), assinale a alternativa INCORRETA.

a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário-mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, não se fará citação por edital, incumbindo ao autor a correta indicação do nome e endereço do reclamado.

c) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias do seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial, se necessário, de acordo com o movimento judiciário da Junta de Conciliação e Julgamento.

d) O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.

e) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

91. Acerca do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, assinale a alternativa correta:

a) Entende-se por zona de amortecimento as porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

b) O Plano de Manejo da Reserva Extrativista será aprovado pelo órgão ambiental ligado ao ente instituidor da unidade.

c) O Parque Nacional, que é formado por posse e domínio públicos, tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

d) É permitida, na Reserva da Fauna, a caça, desde que seja amadora.

e) Entende-se por uso indireto aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

92. Sobre o tema saneamento básico, assinale a alternativa correta:

a) Compete aos Municípios instituir diretrizes para o saneamento básico.

b) Os serviços públicos de saneamento básico serão prestados com base, dentre outros princípios, na universalização do acesso e potencial prestação do serviço.

c) Nos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico não é vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico.

d) O plano regional de saneamento básico não dispensa a necessidade de elaboração e publicação de planos municipais de saneamento básico.

e) Pode-se conceituar serviços públicos de saneamento básico de interesse local como sendo as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único Município.

93. Sobre a política urbana, assinale a alternativa correta:

a) A competência para legislar sobre direito urbanístico é exclusiva dos Municípios e DF.

b) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

c) O plano diretor, aprovado por meio de audiência pública, ouvida a população interessada, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

d) O plano diretor deverá englobar o território de toda a região metropolitana.

e) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de dez mil habitantes.

94. Sobre os recursos hídricos, assinale a alternativa correta:

a) Em situações de crise hídrica (escassez de água), o uso prioritário dos recursos hídricos é o uso no processo produtivo.

b) É objetivo da Política Nacional de Recursos Hídricos, dentre outros, a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável, excluindo o transporte aquaviário, que é tratado como diretriz da Política de Transporte.

c) Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

d) O Município é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

e) Está sujeito a outorga pelo Poder Público o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.

95. Sobre a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA, instituída pela Lei nº 6.938/81, assinale a alternativa correta:

a) Os Estados participam do SISNAMA na posição de órgãos consultivos e deliberativos.

b) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente não é instrumento da PNMA, já que serve apenas como banco de dados das informações relacionadas ao meio ambiente.

c) A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob

qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de estudo prévio de impacto ambiental – EIA.

d) Entende-se por recursos ambientais a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

e) A servidão ambiental será sempre onerosa.

DIREITO FINANCEIRO

Vanessa Arns

96. Determina a Constituição Federal da República que as Finanças Públicas, bem como o estabelecimento de normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, assim como condições para a instituição e funcionamento de Fundos devem, necessariamente, serem dispostos por meio de:

- a) Emenda Constitucional.
- b) Lei Ordinária Federal, apenas.
- c) Leis Ordinárias Federais, Estaduais e Municipais.
- d) Lei complementar.
- e) Atos infralegais e regulamentares.

97. Sobre a *Despesa Obrigatória de Caráter Continuado*, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- b) Os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

c) O ato que aprove a despesa obrigatória de caráter continuado será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais,

d) Não se considera aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

e) Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

98. Assinale a afirmativa correta.

Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- a) União: 50% (cinquenta por cento) ; Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento).
- b) União: 60% (cinquenta por cento) ; Estados: 50% (sessenta por cento); Municípios: 50% (sessenta por cento).
- c) União: 50% (cinquenta por cento) ; Estados: 50% (sessenta por cento); Municípios: 60% (sessenta por cento).
- d) União: 60% (cinquenta por cento) ; Estados: 60% (sessenta por cento); Municípios: 40% (sessenta por cento).
- e) União: 40% (cinquenta por cento) ; Estados: 50% (sessenta por cento); Municípios: 50% (sessenta por cento).

99. Estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada compete à lei:

- a) Geral do Orçamento.
- b) do Plano Plurianual.
- c) de Diretrizes Orçamentárias.
- d) do Orçamento Anual.
- e) de Responsabilidade Fiscal.

100. Proíbe as chamadas “caudas orçamentárias” ou “orçamentos rabilongos”:

- a) O princípio da legalidade.
- b) O princípio da programação.
- c) O princípio do equilíbrio orçamentário.
- d) O princípio da exclusividade.
- e) O princípio da unidade.

<h2>Prova Discursiva</h2>

Questão 01

Suponha que determinado parlamentar, enquanto na casa legislativa, divulgue pela internet diversas ofensas que não guardam nexos direto com o exercício de suas funções.

Referida conduta pode ser enquadrada como crime contra honra? Justifique.

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão 02

Suponha que foi publicada, após regular processo legislativo, lei estadual dispondo sobre adaptação dos veículos de transporte coletivo com a finalidade de assegurar seu acesso por pessoas com deficiência ou dificuldade de locomoção.

Referida matéria se insere na competência legislativa do Estado? Justifique.

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

Questão 03

O Supremo Tribunal Federal possui o seguinte entendimento sumulado:

O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

Comente a possibilidade de exercício do controle de constitucionalidade pelo TCU.

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	

Proposta de Peça

Zezinho, menor impúbere, é portador de rara doença degenerativa.

O seu tratamento é realizado pelo Sistema Único de Saúde – SUS. Contudo, os remédios oferecidos não estão surtindo o efeito esperado.

Em busca de um tratamento adequado, os seus representantes legais tomaram conhecimento da existência de remédios experimentais, ainda sem registro ou pedido de registro na ANVISA ou em outros órgãos de renome.

Assim, foi intentada ação de obrigação de fazer para fornecimento do medicamento em face do Estado X, na qual consignou-se suposta violação à garantia do direito ao acesso à saúde. Requereu, ainda, a concessão de tutela provisória.

Juntaram aos autos laudos médicos comprovando a ineficiência dos medicamentos fornecidos no âmbito do SUS e artigos científicos publicados em revistas de renome sobre medicamentos que serviriam para situações análogas ao do Autor.

O Estado X contestou a demanda alegando todas as matérias de fato e de direito cabíveis, todavia o Estado foi derrotado em primeira instância.

Manejado o recurso cabível, sobreveio intimação quando à acórdão desfavorável ao Estado, onde restou devidamente ventilada a questão debatida.

Agora, como Procurador do Estado atuando no feito, redija a peça adequada para levar o feito ao conhecimento da instância Suprema, alegando todas as matérias cabíveis.

FOLHA DE RESPOSTA

FOLHA DEFINITIVA – PADRÃO CESPE

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PGE-PB-Procurador-07-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
